

RESENHA

VEIGA, José Eli da. O
Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão
Histórica. São Paulo:
Edusp:Hucitec,1991.



Diana Mendonça de Carvalho
Doutoranda do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo/UFS).
Membro do Grupo de Pesquisa Sobre Transformações No Mundo Rural
Email: dianamendoncadecarvalho@yahoo.com.br

José Eloízio da Costa
Professor Doutor do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo/UFS).
Membro do Grupo de Pesquisa Sobre Transformações No Mundo Rural
Email: eloizio.npgeo@gmail.com

O texto *Desenvolvimento Agrícola* é um balizador dos estudos rurais contemporâneos, pois trás a evolução da atividade agrícola nos países de capitalismo avançado, articulando unidades familiares e desenvolvimento, como também enfoca a evolução dessas unidades em alguns países subdesenvolvidos até a explanação das necessidades brasileira, na definição do agricultor familiar.

A moderna agricultura capitalista se apoiou no trabalho e na gestão da propriedade familiar a partir de políticas agrícolas implementadas pelo Estado, como: reforma agrária, estabilização de preços, da remuneração dos agricultores e do padrão de mecanização, entre outras. Tais medidas tornaram o agricultor familiar uma espécie de garantia aos valores e aspirações das sociedades desenvolvidas. Esse estágio contrariou tradições científicas e políticas definidas na agricultura



patronal, que preconizava o desenvolvimento das unidades produtivas através do uso exclusivo de mão de obra assalariada.

Com uma metodologia analítica, conjuntural e comparativa, VEIGA (1991) trás a evolução da agricultura nos países de capitalismo avançado em três partes, conforme explicitado abaixo.

Na Parte I, o autor trás o nascimento da agricultura moderna em dois capítulos. No capítulo I, Gênese, é abordada a constituição do agricultor familiar, como ator social no desenvolvimento econômico dos países ricos. Tal ação reporta-se a transição do sistema feudal ao capitalismo comercial, assim como, ao desenlace histórico das grandes propriedades cerealistas monocultoras em pequenas e médias propriedades agrícolas, no período de Depressão Econômica e durante a fase da Primeira Guerra Mundial.

Nesse período ainda, aparecem lutas de combate a políticas protecionistas e contra o Liberalismo Econômico e a favor da formação dos movimentos sindicais rurais e da promulgação de reforma agrária em países como Inglaterra, França e Dinamarca. Tais aspectos foram preponderantes para o decréscimo do valor da terra, para o acesso a pequena propriedade, para a melhoria da condição de vida do agricultor e para a sua integração ao mercado, através da crescente especialização em atividades convenientes ao trabalho familiar e ao tamanho de seus estabelecimentos.

Neste sentido, o surgimento dos agricultores familiares ingleses ocorreu mediante o assentamento de famílias rurais, que foram beneficiadas ao receber quatro ou cinco acres lavráveis. Além disso, em 1891, pressões dos conselhos rurais conseguiram aprovar a criação de estabelecimentos agrícolas familiares com áreas de cinco acres, com a finalidade de favorecer a expansão dos “Yeomen”. Todavia, após anos de luta pela reforma agrária, no período da 1ª Guerra Mundial, os “Landlords”, grandes fazendeiros, promoveram uma reforma natural ocasionada pela perda de valor da terra e pela sua própria saída da terra. Esse aspecto produziu mudanças decisivas na estrutura de classe da sociedade rural inglesa.

Na Dinamarca, a revolução agrícola inicia-se no século XVIII, adotando modelo independente baseado na propriedade familiar, produtora de itens de subsistências. Na França, a Grande Depressão e a fase Pré-Guerra Mundial, isto é, a fase da Terceira República, consagrou definitivamente a agricultura familiar ao atingir a autossuficiência alimentar do país.

No Capítulo II, Interregnes, o autor trás uma análise da agricultura no período da crise de 1929 a 1945, nos Estados Unidos, na França, na Grã-Bretanha, na Alemanha e no Japão. O mesmo inicia essa etapa do trabalho mostrando que a crise econômica de 1929 fora uma queda brusca no

interior de uma crise iniciada em 1914 e finalizada em 1945, que gerou déficits no setor agrícola e a adoção, por parte das potências liberais, de medidas protecionistas e intervencionistas.

Nos Estados Unidos, esse período fora marcado por saturação do mercado, em virtude da concentração de renda e queda dos preços agrícolas impulsionados pelas colheitas abundantes, além da falência de muitas propriedades, da transformação de proprietários de terras em arrendatários e da migração urbano-rural, que aumentou o número de pessoas no campo. Tais aspectos foram amenizados no governo de Roosevelt (1933-1945), ao autorizar projetos de acordos com os agricultores, buscando controlar a produção e melhorar as suas rendas. Posteriormente, o “New Deal” (1933-1937) torna a agricultura uma prática intensiva, baseada no consumo de insumos industriais. Mas a melhoria dessa agricultura só ocorrerá mesmo com e após a Segunda Guerra Mundial, quando houve a expansão das exportações, retomada de empregos e mecanização do setor.

Na França, a crise de 1929 gerou a queda do consumo, redução da renda da população urbana, aumento do desemprego e decréscimo da população total. A reação ocorre em 1936, com a subida da Frente Popular, quando o governo tentou retomar o crescimento econômico do país com incentivo ao aumento do consumo e mobilização popular. Em 1937, o balanço das ações dessa frente mostrou que o governo havia conseguido tomar medidas no âmbito do crédito rural e no ofício do trigo, fixando o preço desse produto e auxiliando o agricultor a retomar suas atividades.

Na Grã-Bretanha, a crise de 1929 fora bem mais amena que em outros países europeus, ocorrendo apenas quedas nos salários reais dos ingleses. Essa ilha se organizou no pré-guerra estimulando a produção de trigo e de artigos pecuários, além de estimular a compra e importação de outros artigos até 1943, quando os agricultores passaram a exigir do Estado a manutenção da política de sustentação de preços.

Entre os Alemães, Hitler enquanto Chanceler cria e entrega a Pasta da Agricultura a Walter Darré, que pregava a total proteção aos agricultores, visto que eles eram a fonte do abastecimento alimentar do povo alemão. Além disso, para tal ministro o agricultor tinha de ver sua atividade como um direcionamento a sua raça, pois o princípio do nazismo era a segurança alimentar, controlada por uma grande cooperação com três funções: população agrícola, produção e regulação do mercado.

No Japão, o período de crise de 1929 teve como problema maior a terra, os proprietários e os arrendatários, que recebiam valores diferenciados por um mesmo produto – o arroz. No contexto de luta surgiram organizações de agricultores e de proteção aos arrendatários, que buscavam o

aperfeiçoamento da legislação agrária. Todavia, o problema japonês só fora resolvido após o pós-guerra, com a reforma agrária introduzida pela ocupação americana.

A parte II – Segunda Revolução – trás a intensificação do poderio dos países capitalistas centrais com a produção de três quintos da produção industrial, dois terços dos comércios mundiais e a ampliação da produção agrícola com redução da mão-de-obra, após a Conferência de Ialta.

No capítulo I – Estados Unidos – o autor inicia seus relatos demonstrando dois períodos de significativa produção agrícola: 1º- 1955-1965, decorrente da produtividade da terra; e 2º- 1970, com a extensão da área plantada. Aliado a isso, coloca-se a evolução e comparação dos estágios de acumulação capitalista, taylorismo e fordismo, e a afirmação do valor do trabalho de acordo com a produtividade, alterando assim, os padrões de consumo e definindo a circulação de mercadorias na localização social e geográfica dos mercados.

Além disso, a política de sustentação de preços dos produtos fora mantida pelo governo até 1950, quando ocorre revisão da política agrícola e é definido o mecanismo de estabilização de preços, a proteção da renda dos agricultores por meio de pagamentos diretos e a continuidade da política de regulação de estoques. Tais medidas impulsionaram o setor e na década de 1970 já se verificava uma correlação da renda dos agricultores com as exportações. Enquanto o setor secundário sofria déficits em função da concorrência com a Europa. Em 1970, as crises inflacionárias e empregatícias se intensificaram e o governo refreou as importações e estimulou a recuperação das exportações.

Todavia, o custo dos alimentos no mercado interno acarretou movimentações sociais por redução das exportações agrícolas. Apesar das restrições e dos embargos ao comércio agrícola, os agricultores continuavam ganhando mais que o de costume, expandindo sua área de plantio e investindo em terras e maquinários. Tal fato acabou ocasionando na década de 1980 o endividamento e falência de muitos pequenos agricultores (cerealistas e pecuaristas) juntamente as instituições bancárias. Fato que acabou por beneficiar os médios e grandes proprietários, com a incorporação de novas áreas, concentração de renda e a disseminação de informação e tecnologia, contribuindo para a expansão da produção, da oferta e da queda dos preços agrícolas.

Neste sentido, a política de sustentação de preços, comum desde 1933, protegeu o lucro das propriedades e ocasionou o aumento do valor da terra, isto é, deu lugar a produção – mercado – Treadmill (força e rotatividade) no sistema de plena concorrência. Aspectos decorrentes dos preços de mercado cobrir os gastos com a produção (trabalho físico e administrativo do agricultor) e da mão do Estado sustentar os preços, que geraram valores captados pela propriedade da terra.

Para Veiga (1991) o termo e a característica da agricultura familiar americana não é um fardo hereditário do mito jeffersoniano. Mas, um fenômeno desenvolvido na primeira metade do século XX e amadurecido após a 2ª Guerra Mundial, a partir da conciliação da regulação dos preços alimentares e da remuneração dos agricultores. Além disso, a agricultura familiar mostra-se mais competitiva para o mercado interno, pois gera comida farta e barata com base na sub-remuneração do trabalho e do capital. Diferentemente do que ocorre com a agricultura patronal, que apesar de alguns privilégios em termos de compras no mercado e de financiamento, tem seu produto mais caro e o lucro baseado na possibilidade de pagar baixos salários a imigrantes “semi-legais”, na redução da carga fiscal e na especulação fundiária.

No capítulo II – Europa – o autor relata a recuperação do setor agrícola europeu no período de pós-guerra, mostrando que tal ação fora rápida e motivada por políticas de sustentação de preços, que gerara muito excedente e pouca renda aos agricultores. Nesse sentido, todos os países do oeste europeu foram adotando políticas estruturais visando transformar os pequenos estabelecimentos familiares de tamanho médio.

Na França, essas políticas estruturais foram marcantes, visto que os prejuízos com a 2ª Guerra Mundial debilitou bastante o aparelho produtivo desse país. Entre tais políticas destacou-se: 1- Plan Monnet, que foi um plano de modernização, orientando o país na adoção de salários e nível de vida baixo para os trabalhadores, além de favorecer grandes fazendas intensivas existentes na região. 2- Plano Marshall, que visou estimular a adaptação do país ao novo quadro internacional, tendo como carro chefe a agricultura que também era solidária com outros segmentos produtivos, a exemplo da indústria. E 3- A Lei Complementar, do período do General De Gaulle, que definia a combinação de sustentação de preços moderado e a política de estrutura seletiva amena, adequando a agricultura francesa às exigências do crescimento econômico.

Tais medidas contribuíram para a transformação do território francês, em 1974, no segundo maior produtor de alimentos do mundo. Isso graças à modernização do setor agrícola, que ocasionou a diminuição de mão-de-obra e a diminuição de valor agregado ao trabalho. Todos esses acontecimentos aliados aos juros, às despesas de exploração e aos valores de arrendamento acabaram por endividar os agricultores franceses, vez que não eram esses atores que ganhavam com a produtividade, mas as balanças do Estado com as exportações.

Na década de 1980 esses acontecimentos repercutiram no declínio do preço da terra agrícola, na manutenção do agricultor no campo com adoção da pluriatividade como alternativa.

Aspectos que mostraram a ruptura da identidade (família, estabelecimento, renda e patrimônio) da agricultura familiar francesa.

Na Grã-Bretanha a agricultura se recuperou após a 2ª Guerra Mundial, mantendo a secular política de comida barata sem prejudicar os agricultores. O que mudava era o eixo produtivo da agricultura patronal para a agricultura familiar.

Os modelos agrícolas adotados até então foram revistos na década de 1980, pois havia a necessidade de mudanças de posicionamento dos países de Primeiro Mundo, as quais foram tratadas na Cimeira de Tóquio e na Rodada Uruguia. Esses dois eventos previam a correção das políticas agrícolas e a redução dos excedentes estruturais. Todavia, os mesmos não tiveram sucesso, visto que essas políticas não chegaram a vingar. Entretanto, fora visível que tais países não desejavam adotar políticas de controle da oferta agrícola, apesar de perceberem a redução do ritmo da demanda. Esses países acreditavam ter como perspectiva o avanço das importações à medida que as populações periféricas iam crescendo. Após esse momento a agricultura do capitalismo avançado passou a ter de reagir a uma onda recessiva.

No Capítulo III – Leste Asiático – Veiga trata da Trilha do Oeste: Japão, Taiwan e Coreia do Sul. Essa apesar da exiguidade de terras cultiváveis, da reforma agrária implementada e do perfil de modernização agrícola destacou-se pela autossuficiência alimentar, com regulação e queda dos preços reais, pela definição da agricultura familiar e conseqüentemente, pelo desenvolvimento da atividade industrial.

O Japão teve seu marco de recuperação pós-guerra entre abril de 1947 e dezembro de 1948, quando o governo promove a reforma agrária e transforma 90% da área agrícola do país em propriedades familiares. Essas propriedades tivera o valor da terra congelado, medida a qual, transferiu renda fundiária aos agricultores. Além disso, com a reforma agrária o país passa a produzir o que lhe é necessário. Em 1961, a promulgação da Lei Básica da Agricultura buscou a paridade entre a renda dos agricultores e a dos demais setores, através de uma racionalização do setor agropecuário.

Em relação a Taiwan, que de 1895 a 1945 constituía-se parte do setor agrícola da metrópole japonesa, o processo tecnológico introduzido nessa colônia deu resultados significativos e positivos à industrialização japonesa. Após a 2ª Guerra Mundial, Taiwan se emancipa e em duas décadas, passou por rápido processo de industrialização, graças à reforma agrária, a ajuda financeira americana e as ações de desenvolvimento rural da Comissão Chinesa-americana.

A Coreia do Sul sofrera ainda mais com a 2ª Guerra Mundial, pois essa acabou se estendendo até 1953 em função do conflito com a Coreia do Norte. A reforma agrária sul coreana ocorreu mediante a transferência de terra e renda aos agricultores arrendatários, à custa da expropriação dos agricultores fundiários. O impacto dessa reforma fincou-se no beneficiamento dos ex-arrendatários, com o aumento de sua renda per capita, aumento de sua independência e diminuição da área de produção de arroz. Ocorreu à reconversão do sistema produtivo para a produção de hortifrutigranjeiros e para a prática pecuarista, fato que corroborou para o abastecimento alimentar a baixos preços. A tudo isso se soma ações governamentais em prol da modernização tecnológica e do estímulo da política de preços, que contribuíram para que em 1977, a Coreia do Sul fosse a maior produtora de arroz do mundo.

O Capítulo 4 – Egito – trata do processo de reforma agrária sofrido por esse território, aos moldes do sudeste asiático, mas com efeitos diferentes. A reforma agrária egípcia não surtiu o mesmo efeito, pois o país não tinha crescido economicamente no século XIX e sua indústria fora destruída com a ocupação britânica em 1882. O período de 1900 a 1945 a economia agroexportadora de algodão egípcio entra em decadência e aumenta o contingente de famílias sem-terra e reduz o número dos grandes estabelecimentos. A partir de 1950, os agricultores marginalizados passaram a lutar por melhorias. Em 1952, após Golpe de Estado, a prioridade do governo foi a reforma agrária. Contudo, a redistribuição de terras, apesar da diminuição dos sem terras, foi uma medida extremamente moderada em relação às reformas do leste asiático.

O Capítulo 5 – México – retrata um país com graves problemas alimentares, que passou por três estágios na tentativa de desenvolvimento de sua agricultura: 1- O da produção agrícola marcado por reforma democrática de crescimento na República Restaurada (1867-1876), na Revolução Mexicana (1917) e no governo Cárdenas (1934- 1940). Esse último governo adotou políticas reformistas e a de reforma agrária como meio de desenvolver a economia rural mexicana; 2- A agricultura como auxílio a industrialização, definida pelos três governos sucessores de Cárdenas, que priorizaram as grandes propriedades e políticas de estímulo a industrialização em substituição as importações; e 3- Mecanismos de Segurança Alimentar, marcado pela criação em 1980 de uma nova política agroalimentar – Sistema Alimentar Mexicano (SAM), depois transformado em PRONAL e PRONADRI, criando condições para que os camponeses se tornassem agricultores familiares economicamente viáveis. Mas esse sistema foi muito vulnerável, pois não conseguiu responder às mudanças de consumo interno.

A Terceira Parte – Terceira Revolução – Veiga mostra quão difícil é analisar a relação agricultura e atividade industrial em quatro pontos principais, que são:

1-Industrialização da agricultura. Para o pensamento crítico não há possibilidade de a agricultura se tornar mais um ramo do setor industrial. Mas essa ideia surgiu do otimismo de economistas ao acreditarem que o capitalismo teria a capacidade de superar as questões naturais. Todavia, toda atividade agrícola depende do trabalho humano, apesar de alguns se utilizarem de equipamentos, máquinas e insumos que dinamizam a área plantada e colhida, assim como, promove a seleção genética de animais.

2- Ao invés de falar de industrialização da agricultura seria melhor utilizar a dupla tendência cunhada por GOODMAN “apropriacionismo-substitucionismo”. O apropriacionismo como se referindo à apropriação industrial de determinadas etapas do processo produtivo da agricultura; enquanto o substitucionismo, ao momento em que os produtos de origem rural foram sendo substituídos por matérias-primas não agrícolas e mais apropriados ao processamento industrial.

3- Cautela ao pensar que biotecnologias, microeletrônica e robótica possam perfazer a Terceira Revolução Agrícola, vez que nem toda previsão em termos de tecnologia possa substituir os processos biológicos de reprodução e crescimento de vegetais e animais. Além disso, foca que a tecnologia não é o principal fator para a integração da agroindústria, mas principal aspecto mercadológico e financeiro, como mudanças nos padrões de demanda e de acesso a crédito na criação de redes de distribuição e na especulação fiscal e fundiária.

4-Em relação ao tamanho deixa-se de lado as economias de escala (relação entre o aumento percentual da receita e o aumento percentual do custo) para focalizar que os custos mais baixos de produção não estão onde as propriedades têm tamanhos avantajados.

Assim, não são os critérios socioeconômicos, mas sim, o movimento histórico que criou a agricultura familiar nos países capitalistas desenvolvidos no século XX. Isso ocorre com a mudança de comportamento de alguns governos a partir de 1920, que passou a colocar à disposição da agricultura familiar todos os meios que ela necessita para se desenvolver. A partir disso, juntamente a cristalização da renda fundiária na formação do preço da terra, é que a agricultura familiar moderna surge, se adequando as circunstâncias que gere lucro.

Por consequência, essa evolução histórica ainda coloca em xeque a definição do camponês, como sociedades em transição de uma fase pré-industrial a industrial e como atores que sofrem contínua adaptação às mudanças que ocorrem em seu entorno; e a definição do agricultor familiar, como operantes em mercados de produtos. Nos países de capitalismo avançado esses agricultores

estariam expostos a situações de crédito abundantes, de insumos adquiridos na quantidade e formas desejadas, de acesso a informações tecnológicas, de compra e venda de terras e de informação sobre preços. Desta feita, os camponeses só estariam expostos a algumas dessas características e a diferença em relação ao agricultor estaria no grau de integração ao mercado e na limitação desse mercado.

O desenvolvimento da agricultura capitalista ocorreu por meio do processo tecnológico que com as políticas agrícolas passaram a combater a instabilidade e incertezas, reduzir os preços alimentares ao consumidor e garantir aceitável nível de vida aos agricultores. A intervenção estatal voltada a modernização ocorre através de investimentos em pesquisa, extensão, infraestrutura e linhas de crédito, como também por meio de políticas comerciais que regulava os preços dos produtos. Tais políticas apoiaram a produção agrícola na forma familiar, isto é, contribuiu para o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar.

Ainda segundo o autor, para a agricultura familiar se definir no Brasil, o país precisa passar por várias reformas, aliando ação estatal no desenvolvimento da agricultura.